

Heterogeneidade dos Espaços Rurais na Região das Missões/RS: Entraves e Potencialidades

Viviane do Nascimento Bueno ¹

Valdemar João Wesz Junior ²

Ana Margarete Rodrigues Ferreira Martins ³

RESUMO

A modernização da agricultura brasileira aconteceu de forma desigual, seletiva e oportunista, trazendo consigo problemas que atingiram principalmente os agricultores familiares que se encontravam em territórios não tão propícios para produção de *commodities*. Com isso, as regiões demarcadas pelo acentuado relevo foram ficando prejudicadas pelo atual sistema agrícola, uma vez que tornaram-se incapazes de atingir os rendimentos necessários para dar viabilidade às culturas, dando face a grandes disparidades. Dessa forma, os focos analíticos deste estudo são as comunidades rurais de Serra São Jerônimo, município de XVI de Novembro, e a Comunidade da Sede, de Mato Queimado, sendo que ambas as localidades são pertencentes à Região das Missões do Rio Grande do Sul. Assim sendo, a premissa deste trabalho é analisar as disparidades acerca de seus aspectos produtivos, fundiários e tecnológicos nas localidades mencionadas, ao mesmo tempo em que são feitas algumas considerações no que se refere à modernização agrícola como um dos principais agentes que influenciaram na diferenciação da realidade das comunidades. Para obter informações consistentes

sobre as circunstâncias apresentadas nos dois municípios, além da revisão bibliográfica, realizou-se a aplicação de questionários fechados com amostragem na Serra de São Jerônimo, com 50% das propriedades, e na Comunidade da Sede, com 33% dos domicílios. Ao final, essa pesquisa mostra, em sua essência, que mesmo se encontrando próximos, os espaços rurais ainda detêm uma grande diversidade e uma ampla heterogeneidade. Dessa forma, comprova-se que a padronização de locais simplesmente por questões de proximidade e por setor pode refletir em erros irreparáveis, comprometendo o próprio processo de desenvolvimento do espaço.

Palavras-Chave: Espaços Rurais. Modernização Agrícola. Proximidade Territorial.

RESUMEN

La modernización de la agricultura brasileña sucedió de forma diversa, selectiva y oportunista, trayendo con ella los problemas que habían alcanzado principalmente los campesinos que si encontraban en territorios no tan propicio para la producción de los

¹ Graduada da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS - MISSÕES) pelo curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. E-mail: vivane-bueno@uergs.edu.br.

² Pesquisador e bolsista do CNPq pela Cooperativa Regional das Agroindústrias Familiares Ecológicas do Vale do Rio Uruguai (COOPERAPE - BRASIL/TRENTO) e bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS - MISSÕES). E-mail: jwesz@yahoo.com.br.

³ Doutora em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Professora da UERGS. E-mail: ana-martins@uergs.edu.br.

monocultivos. Con esto, las regiones demarcadas para la relevación acentuada habían estado perjudicadas para el sistema agrícola actual, así, habían sido incapaces para alcanzar las rendas necesarias para dar a la viabilidad a las culturas, dando face a las grandes disparidades. De tal manera, los focos analíticos del esto estudio son las comunidades rurales de Serra São Jerônimo, ciudad de XVI de Novembro, y la Comunidad de la Sede, de Mato Queimado, siendo que ambos los lugares están referente a la región de las Misiones del Rio Grande do Sul. Así siendo, la premisa de este trabajo es analizar los disparidades referentes a sus aspectos productivos, agrarios y tecnológicos en los lugares mencionados, al mismo tiempo donde, algunas consideraciones en cuanto a la modernización agrícola habían sido hechos como uno de los agentes principales que habían influenciado en la diferenciación de la realidad de las comunidades. Para obtener informaciones de la realidad contenida en las dos comunidades, alen de la revisión bibliográfica, ocurrió la aplicacion de los questionários cerrados con amostragem en la Serra de São Jerônimo, con 50% de las propiedades, e en la Comunidad da Sede, con 33% de los domicilios. Al extremo, esta investigación demuestra, en su esencia, que los espacios agrícolas todavía retienen una gran diversidad y un heterogeneidad amplia. De tal manera, la padronización de los locales por cuestiones de la proximidade y del sector puede reflejar en los grandes erros, comprometiendo del proceso apropiado del desarrollo del espacio.

Palabras-Clave: Espacios Rurales. Modernización de la Agricultura. Proximidad Territorial.

INTRODUÇÃO

Com a modernização da agricultura de forma desigual, seletiva e oportunista no Brasil, vários foram os processos produtivos que se modificaram tornando os espaços agrícolas uniformes e homogêneos. No entanto, a produção de *commodities*, que se alastrou tanto nas grandes como nas pequenas propriedades, também trouxe, em nível espacial, inúmeras diferenças, mesmo quando os espaços em comparação mostram uma significativa proximidade de localização. Essas disparidades, que até então se resumiam em aspectos produtivos, ao passar de duas décadas, incidiram e se tornaram graves e gritantes, pois o caráter agrícola influenciou na diferenciação social, econômica, cultural e ambiental dos atores constituintes desses territórios. Essas alterações, que na raiz sofreram as conseqüências de um caráter produtivista, hoje se demonstram pautadas por implicações de diversos cunhos.

Nesse cenário, em visita técnica às comunidades de Serra São Jerônimo, município de XVI de Novembro, e à Comunidade Sede em Mato Queimado, observa-se, em primeira vista, a grandeza das diferenciações das unidades de produção familiares, considerando que essas possuem, em linha reta, uma distância de apenas 60 Km, e, estão localizados dentro da Região das Missões/RS. Com o aprofundamento do estudo, viu-se quão amplas eram as diferenças destas duas localidades, sendo que os aspectos econômicos, agrários e produtivos eram alguns dos condicionantes da disparidade à conjuntura ambiental, social e cultural. Com isso, levanta-se um questionamento: como duas comunidades rurais de municipalidades diferentes, porém constituintes de uma mesma região e próximas em localização, podem deter situações e relações tão diferentes?

Dessa forma, os focos analíticos deste estudo são as comunidades rurais de Serra São Jerônimo, município de XVI de Novembro, e a Comunidade da Sede de Mato Queimado, sendo que essas localidades são pertencentes à Região das Missões do Rio Grande do Sul, localizadas no noroeste deste Estado. Assim sendo, a premissa deste trabalho é analisar as disparidades acerca dos aspectos produtivos, fundiários e tecnológicos nas localidades mencionadas. Ao mesmo tempo, são feitas algumas considerações no que se refere à modernização agrícola como um dos principais agentes que influenciaram na diferenciação da realidade das comunidades.

Para se chegar a um resultado concreto e de relevância acadêmica, foram realizadas entrevistas estruturadas nas propriedades dos produtores rurais das comunidades em análise. Assim, e para obter informações consistentes sobre as circunstâncias apresentadas nos dois municípios, realizou-se a aplicação de questionários fechados com amostragem na Serra de São Jerônimo e na Comunidade da Sede. Na primeira, visitaram-se 50% das unidades de produção e, na segunda, 33% das propriedades. Após compilação dos resultados, foi feito um banco de dados com uma comparação desses para verificação da distância entre as múltiplas realidades dentro de uma mesma delimitação regional.

Para diagnosticar e cumprir a proposta desta pesquisa, fez-se, inicialmente, um aporte teórico no que tange à modernização da agricultura e ao uso de tecnologias, já que, como hipótese, foi um dos principais motivos desta diferenciação. Posteriormente, fez-se um breve relato da modernização conforme o município e sua localidade, conciliando com a importância de diagnósticos locais para compreensão da heterogeneidade das situações e da realidade. Na seqüência, analisam-se os dados de campo e se faz uma discussão acerca das disparidades ocorrentes nas localidades.

1. DISSEMINAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIAS NO MEIO RURAL

Desde o surgimento da agricultura no mundo, os agricultores procuraram facilitar ao máximo seu trabalho através do uso de instrumentos que lhes permitissem otimizar seu tempo e diminuir seu esforço físico para o preparo da terra e cultivo nas lavouras. Inicialmente, cultivava-se a terra com instrumentos rudes e mal acabados construídos pelos próprios trabalhadores. No entanto, com o passar do tempo, as técnicas foram se aprimorando, a tecnologia evoluiu e chegou-se a máquinas e equipamentos altamente tecnificados, que podem reduzir ao mínimo o tempo e esforço físico dos agricultores em suas lavouras, além disso, novas técnicas de plantio e novas variedades de sementes foram introduzidas na agricultura.

Essa introdução de novas tecnologias se deu no Brasil a partir de meados dos anos 60, em que a agricultura brasileira passou por um amplo processo de modernização de sua base técnica. Esse processo teve início com a implementação de políticas de fomento formuladas a partir do diagnóstico de que a agricultura deveria participar mais ativamente do desenvolvimento industrial do país, seja fornecendo alimentos, matéria-prima, mão-de-obra e divisas, seja atuando como mercado consumidor potencial do subsetor industrial voltado à produção de insumos, máquinas e implementos para o setor agrícola (ALVES; FERNANDES FILHO, 1999). De outro lado, a implementação visava, também, a encobrir as recentes pressões pela realização de uma reforma agrária em curso no nosso país naquele momento.

Essa modernização ficou conhecida também como Revolução Verde: “é um período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos destinados a agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia” (DESER, 1997, p. 5).

Ou ainda, em outra definição,

“é um programa com objetivo aparente de contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal, para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições de diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais modernos e eficientes”. (BRUM, 1988, p. 44).

Segundo Zamberlam e Froncheti (2002), esse programa da Revolução Verde teve duas fases: a pioneira, de 1943 a 1965, e a grande expansão, de 1965 em diante. A primeira fase teve um caráter pioneiro e experimental. Os projetos-pilotos foram no México, nas Filipinas e no Brasil, além dos Estados Unidos, resultando em pacotes tecnológicos.

Na segunda fase, com o objetivo de difundir os pacotes tecnológicos, ocorreu uma intervenção controlada no processo de produção agrícola em nível de:

- * infra-estrutura da produção, sobretudo em relação ao uso de sementes, adubos e equipamentos;
- * controle da articulação dos produtores, através da assistência técnica e orientação do crédito rural (BRUM, 1988).

Assim, Aguiar (1986) considera o pacote tecnológico trazido pela Revolução Verde como um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, seguindo padrões estabelecidos pela pesquisa. Desse modo, o pacote tecnológico, em outras palavras, é uma linha de montagem em que o agricultor é dependente na produção agropecuária, entre outras coisas:

- * da mecanização intensa com redução da mão-de-obra ao mínimo;
- * do uso maciço de produtos químicos artificiais tanto para repor os nutrientes absorvidos pelas plantas (fertilizantes sintéticos), como para combater os inimigos destas (herbicidas, inseticidas, fungicidas, etc.);
- * da adoção do regime agrícola de monocultura, com concentração de capital e recursos físicos.

Para Elias (1996), a aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção agropecuária, visando ao aumento de produtividade e à redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes progressos técnicos que foram determinantes para imprimir complexas inovações às forças produtivas nela atuantes. Com a pesquisa tecnológica, foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados neste conjunto de atividades, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo inúmeras novas possibilidades à realização da mais-valia mundializada, através de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos.

A terra, o trabalho e o capital foram, durante séculos, os principais fatores da produção agrícola, mas a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes do Período Técnico-Científico (SANTOS, 1979). Uma transformação importante é justamente a reorganização da relação entre estes três fatores tradicionais da produção, sendo que o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, uma vez que o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, que avançava muito lentamente até então. Um instrumento primordial para a modernização da agricultura foi o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses, seja na atividade humana

voltada para a transformação da natureza, que sofreu um processo intenso de divisão do trabalho, seja na terra, que se transforma cada dia mais de terra-matéria em terra-mercadoria (ELIAS, 1996).

Conforme Elias (1996), a rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, transformando radicalmente as forças produtivas da agropecuária, visto que seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não diziam com a racionalidade vigente no período tecnológico. A impossibilidade de controle do processo produtivo da agricultura, com uma estrutura extremamente dependente dos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia etc.) sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, uma vez que o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho. Desta forma, um dos caminhos buscados pela pesquisa tecnológica voltada para o setor visou justamente a uma aproximação do seu processo produtivo com o funcionamento da indústria, parâmetro considerado ideal para obter maior crescimento e acumulação. Diante disso, uma das principais orientações do progresso tecnológico na agricultura teve como intuito a produção de insumos artificiais, produzidos em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais e, assim, ter um maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, deixando-o um pouco menos vulnerável e, em consequência, capaz de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo.

A mesma autora ainda coloca que, com a difusão deste novo conjunto técnico na atividade agrícola, sua realização tornou-se crescentemente dependente do processo científico-técnico de base industrial, minimizando a anterior vantagem relativa representada pela produção localizada nos melhores solos, nas topografias mais adequadas, entre outras. Aumentou, assim, a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios antes desprezados para tal atividade. Utilizando as palavras de Graziano da Silva (1981, p. 44), “a produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital, perdendo a autonomia que manteve em relação aos outros setores da economia durante séculos”. Assim, se os solos não forem suficientemente férteis, adubam-se; se as chuvas forem insuficientes, irriga-se; se ocorrerem pragas e doenças, utilizam-se defensivos químicos ou biológicos.

Além disso, com tais transformações, a agricultura passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período, apresentando as mesmas possibilidades das demais atividades para a aplicação de capital e para auferir alta lucratividade, tornando-se mais competitiva, permitindo uma maior valorização dos capitais nela investidos, o que a aproximou dos demais setores

econômicos. Nesse sentido, no Período Técnico-Científico, um dos principais signos da modernização da agricultura é o fim do isolamento que a atividade manteve em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente interdependência com o desenvolvimento geral da economia, ocorrendo um processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores (ELIAS, 1996).

Desta forma, o que se pode ver é que, antes do processo maciço de difusão de inovações na agricultura, a produção destinada ao autoconsumo ainda ocupava grande parte da força de trabalho a ela dedicada, especialmente no Terceiro Mundo. Mas, hoje, a produção agrícola tem seu funcionamento cada vez mais regulado pela economia de mercado, objetivando a troca, através do comércio, em função das demandas urbanas e industriais, ficando restrita a poucas áreas a produção de subsistência.

Esse processo de modernização ainda deixou graves seqüelas para a estrutura fundiária brasileira. Conforme José de Souza Martins (1995), entre 1950 e 1960, 84,6% das novas terras incorporadas para agricultura tinham no máximo 100 hectares e apenas 15,4% formaram estabelecimentos com mais de 100 ha. Entre 1960 e 1970, isto é, no fervor da implantação de pacotes tecnológicos e no período do alargado crédito subsidiado, 35,3% dessas terras formaram propriedades com menos de 100 hectares e 64,7% foram agregadas a estabelecimentos com mais de 100 ha (sendo que 75% dessa área foi ocupada por unidades com mais de 1.000 hectares). Assim, pode-se perceber quanto à modernização conseguiu concentrar e excluir os pequenos trabalhadores do campo, privilegiando somente os grandes latifundiários. Isso porque, em 1950, 80,8% das propriedades rurais do país eram de proprietários de terras e 19,2% eram de não-proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros); já em 1975, os estabelecimentos de proprietários haviam sido reduzidos a 61,9% do total e os não-proprietários subiram para 38,1%.

Desse modo, o que se percebe hoje é que a modernização da agricultura se processou de forma extremamente seletiva, privilegiando os territórios, as culturas e os segmentos socioeconômicos mais rapidamente suscetíveis à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações científico-técnicas e que, assim, pudessem ter uma produção e um consumo globalizados e interligados aos demais setores econômicos.

A difusão de inovações, assim como a distribuição de crédito rural, deram-se de maneira não uniforme, constituindo um setor baseado em uma estrutura dual, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado do setor no país. As áreas, as culturas e os produtores que não foram de alguma forma incorporados ao processo de modernização exercem papéis periféricos na organização da produção agrícola que se processa nas

últimas décadas. O espaço rural não foi homogêneo, uma vez que foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas. Construiu-se, dessa forma, um espaço seletivo, com uma forte concentração territorial das formas resultantes do processo de modernização da agricultura.

Essa forma seletiva em que se processou a modernização, deixou de lado inúmeros agricultores que não conseguiram se inserir no processo. Deste modo, não houve igualdade na modernização e, justamente por isso, os espaços rurais não são uniformizados. Mesmo porque as regiões e até mesmo as comunidades de um mesmo município reagiram de forma diferente ao processo de mudança, por isso criaram-se bruscas especificidades que devem ser analisadas na procura pela compreensão da real situação do espaço rural.

2. CONSIDERAÇÕES ATUAIS E A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DA REALIDADE LOCAL

No processo de modernização, o camponês precisava produzir somente matérias-primas para a indústria, em que eram dadas prioridades para os agricultores que se localizaram em condições naturais mais favoráveis para a produção de *commodities*. No entanto, a tecnificação foi além dos solos planos e fecundos, chegando também em terrenos com relevo ondulado, onde as propriedades eram praticamente minifúndios e as tecnologias eram vistas pelas multinacionais como precárias. A partir daí, os locais mais favoráveis às produções de monoculturas tiveram condições mais propícias de absorver os pacotes tecnológicos e suas respectivas imposições, respondendo ao sistema de forma satisfatória, como é o caso da Comunidade da Sede, em Mato Queimado.

Concomitantemente, as regiões demarcadas pelo acentuado relevo foram ficando prejudicadas pelo atual sistema agrícola, uma vez que, após anos seguidos de atividade, as terras, por serem declivosas, exauriram-se e ficaram incapazes de atingir os rendimentos necessários para dar viabilidade às culturas. Desta forma, consorciada aos baixos preços pago pelos produtos, alto custo de produção e por essa incompatibilidade entre fatores abióticos e culturas implementadas, a modernização refletiu-se em vários problemas, que superaram o caráter agrícola e atingiram diretamente as famílias e suas comunidades. Esse caso é presente na Serra de São Jerônimo que, na tentativa de entrar no sistema globalizado deparou-se com conseqüências drásticas, em que problemas como o êxodo rural e empobrecimento dessa população foram ocorrendo como reflexos de um modelo uniforme e homogêneo, que rendeu esses e tanto outros graves efeitos.

A partir dessa contextualização, o que se busca saber nesse trabalho não é quem se encontra mais favorecido ou mais desenvolvido a partir do contexto

histórico, e sim, procuram-se caracterizar, em moldes comparativos, as duas comunidades de municípios diferentes, mas próximas em suas distâncias. Desta forma, o que se pretende é mensurar partes das diferenças encontradas nas duas localidades, na tentativa de que, quando for aplicada qualquer política pública, não restem dúvidas de que no espaço rural têm-se grandes disparidades, o que acaba comprovando toda a heterogeneidade desse território.

Assim, os resultados da presente pesquisa demonstrarão o quanto a realidade dos municípios, mesmo com relação de proximidade, pode ser diferente, onde a uniformização desses espaços pode consistir num erro irreparável para o bom desempenho de determinados projetos. Do mesmo modo, torna-se imprescindível analisar, de forma profunda e fundamentada, a realidade das comunidades rurais, analisando suas relações sociais, sua cultura, seu espaço geográfico, clima, enfim, é necessário que seja levada em consideração uma série de fatores para que se chegue a um real diagnóstico dos entraves e das potencialidades de determinados municípios e regiões.

Desta forma, uma pesquisa aprofundada não é apenas importante, como também necessário para que se chegue à realidade de um local. É o conhecimento dessas diferenças locais que podem definir a viabilidade de desenvolvimento de ações e de Políticas Públicas que se pretenda aplicar nesses lugares. Assim, um panorama geral da região pode esconder uma realidade com inúmeras especificidades que são determinantes para o sucesso ou insucesso de certas políticas públicas. Os gargalos que levam ao baixo rendimento de determinados empreendimentos “escondem-se” em uma certa padronização, que é feita dos dados regionais e aplicada, muitas vezes, com uma certa generalização para todos os municípios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com intenção de melhor visualizar a realidade do espaço a ser estudado, foram entrevistados 50% dos moradores de Serra de São Jerônimo e 33% da comunidade da Sede. A população dessas localidades rurais é constituída majoritariamente por pequenos e médios agricultores familiares, onde estes, na maior parte do tempo, se detêm em atividades agrícolas dentro de suas próprias unidades de produção, sendo que o trabalho é predominantemente familiar, ou seja, são os próprios integrantes dos domicílios que desenvolvem as práticas de sustentação da propriedade.

À vista, a diferença mais evidente ocorreu quando se equiparou a estrutura fundiária das duas comunidades, pois se tornou visível que os agricultores da Serra de São Jerônimo possuem um tamanho médio das propriedades bem menor que os da comunidade da Sede. Conforme demonstra a Figura 1, há uma grande diferença no tamanho das propriedades entre as duas

comunidades, sendo que a comunidade da Serra de São Jerônimo possui 50% de suas unidades de produção com uma área de até 10 hectares.

Já na comunidade da Sede, a estrutura fundiária não se encontra vinculada com unidades de produção que detêm menos de 5 hectares, pois a maioria das áreas das propriedades se concentra acima de 20 hectares, que atualmente atinge os 42,3% do total. Vale considerar também que nessa localidade a quantidade de terra agricultável é propícia para a produção de *commodities*, facilitando assim a produção de culturas de fácil comercialização e com destino à exportação, como é o caso da soja, que se depara inserida em 94% dos estabelecimentos, e do trigo, que é cultivado em 79% das unidades de produção.

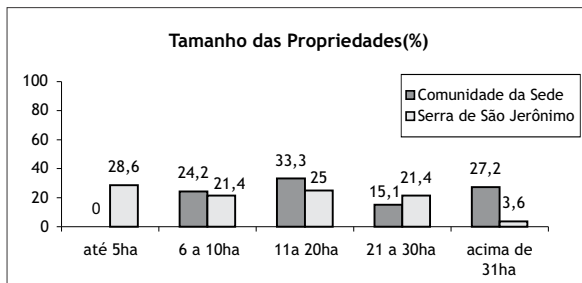


Figura 1: Estrutura fundiária da Serra São Jerônimo e da Comunidade da Sede.

Fonte: Trabalho de Campo.

No entanto, o que se pode perceber é que cada local detém e acaba criando particularidades coesas para com as condições encontradas. Na comunidade da Serra de São Jerônimo, por exemplo, 39% dos agricultores cultivam apenas para subsistência, isto é, não ocorre a comercialização de nenhum produto oriundo da agropecuária. Mesmo assim, a produção de soja ainda atinge os 39,3%, mas o cultivo de trigo não é visto em nenhuma propriedade. Essa baixa detenção em atividades ligadas e caracterizadas como monoculturas pode ser um dos motivos decorrentes da baixa concentração de terra e da alta idade dos entrevistados componentes do grupo doméstico, uma vez que em torno de 65,2% possuem idade superior a 50 anos, o que dificulta o cultivo de lavouras em maior escala.

Por outro lado, embora a comunidade da Sede não detenha predominantemente uma população jovem, também não possui níveis etários tão elevados como os da comunidade de XVI de Novembro. Na Sede, apenas 35% da população entrevistada se encontra com idade superior a 50 anos de idade, abrindo a possibilidade de que a faixa etária não seria um empecilho ao desenvolvimento de atividades ligadas ao setor primário.

A pesquisa ainda investigou os entrevistados sobre o uso de certas tecnologias para cultivo e preparo da terra, mais especificamente sobre o uso de plantio direto e forma de manejo do solo, se manual ou mecanizado. Para tanto, esses resultados podem ser uma consequência da estrutura fundiária atual e da faixa etária vigente da população rural, mas que podem refletir diretamente nos tipos de atividade e culturas encontradas e desenvolvidas no interior dos estabelecimentos.

Perguntados sobre o uso do plantio direto na comunidade da Serra de São Jerônimo, registrou-se que apenas 32% dos entrevistados utilizam esse recurso em contraste com 68% que não utilizam. Já o manejo do solo para cultivo apresenta um baixo emprego de instrumentos mecanizados, como o trator, que atualmente é registrado em apenas 18% das propriedades, enquanto que 82% consorciavam o uso de tração animal e forma manual (Figura 2).

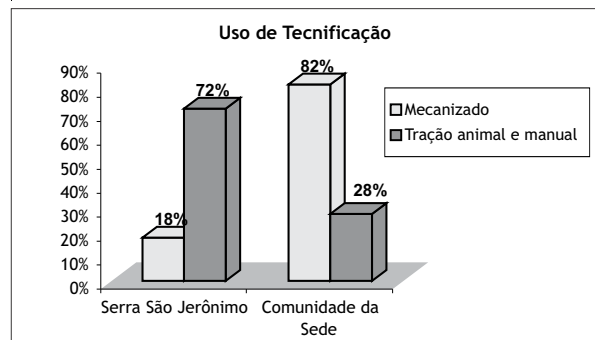


Figura 2: Forma de manejo do solo (manual e tração animal ou mecanizado) na Serra São Jerônimo e na Comunidade da Sede.

Fonte: Trabalho de Campo.

Já a comunidade da Sede, em Mato Queimado, embora apresente sistemas de produção relativamente semelhantes aos da comunidade da Serra, difere bastante da realidade apresentada anteriormente, visto que a comunidade anterior tem visivelmente um enfoque maior na agricultura de subsistência, enquanto que nesta os agricultores direcionam seus cultivos mais para o mercado, embora também cultivem produtos para seu próprio consumo. E este talvez seja o principal motivo do uso de plantio direto nas unidades de produção, que atinge 97% dos entrevistados que responderam utilizar a técnica na propriedade, enquanto que apenas 3% disseram não utilizar (Figura 3). Conseqüentemente, o uso majoritário de instrumentos mecanizados para o manejo do solo foi constatado em 72% das propriedades, em contraponto aos 28% que obtêm um consórcio entre tração animal e forma manual (Figura 2).

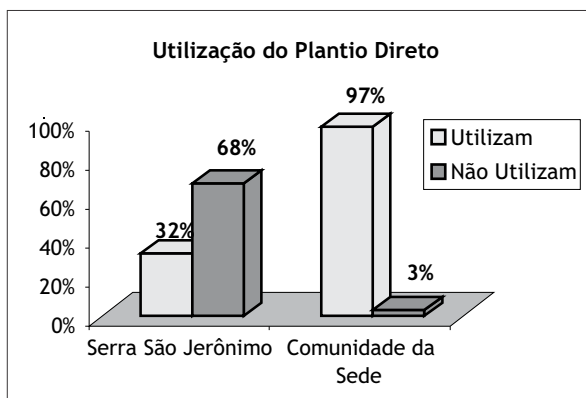


Figura 3: Uso de plantio direto na Serra São Jerônimo e na Comunidade da Sede.

Fonte: Trabalho de Campo.

Esses dados nos levam a procurar estabelecer os possíveis fatores que seriam capazes de levar duas comunidades de municípios diferentes, porém com relação de proximidade, a apresentarem resultados tão adversos quanto a uso das tecnologias, sistemas de produção e estrutura fundiária encontrada nas unidades produtivas. Para tanto, em uma análise mais profunda acerca da realidade socioeconômica existente nas comunidades, podem-se perceber as contradições existentes e justificantes da situação colocada em questão.

A situação apontada anteriormente na comunidade de Serra de São Jerônimo não é exclusiva daquele espaço, visto que pode ser encontrada em tantas outras localidades, que também podem ter sido atingidas pelos pacotes tecnológicos trazidos pela modernização da agricultura.

Portanto, verifica-se que as condições encontradas na Serra de São Jerônimo são frutos de um processo agrícola equivocado, que não oportunizou a todos os agricultores o acesso às mesmas condições tecnológicas. Dessa forma, percebe-se que o fato de a comunidade da Serra possuir propriedades menores acaba limitando esses domicílios a desenvolverem uma vocação produtiva mais voltada à subsistência e ao uso racionado de tecnologias. Com essa centralidade produtiva, torna-se visível a inviabilidade do uso de plantio direto para as propriedades que se direcionam para o autoconsumo; uma vez que, sem espaço para uma produção em escala, é óbvio que não se tenha o uso alargado de tecnologias de produção, permanecendo em sua maioria com a força de tração animal e manual.

Entretanto, na comunidade da Sede, tem-se uma estrutura produtiva diferenciada da encontrada no outro local de estudo. Isso acontece, principalmente, pelo fato de se encontrarem ainda inseridas na dinâmica produtivista, o que lhes exige uma maior adaptabilidade com o uso de tecnologias mais avançadas e mecanizadas. Dessa forma, essas técnicas

são absolutamente necessárias para que esses agricultores se mantenham no sistema que atualmente se encontram inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de algumas variáveis, já se podem extrair consistentes considerações, uma vez que o que se tentou mostrar foi justamente que a proximidade não representa mais, pelo menos não na mesma proporção que anos atrás representou, uma homogeneidade do espaço e de suas relações com o meio e com a produção. Isso porque, após um processo de divisão social do trabalho consorciado com a modernização das bases primárias, obtiveram-se diferentes resultados na produção, que por sua vez influenciaram diretamente nos demais fatores constituintes da propriedade. Dessa forma, não se pode continuar considerando que regiões detêm características iguais simplesmente porque pertencem a uma mesma delimitação ou porque se encontram próximas.

Ao mesmo tempo, esse estudo confirma que se precisa deixar de analisar os espaços simplesmente pelos seus setores ou pelos seus aspectos produtivos, e sim, passar a analisar também os demais condicionantes existentes dentro das unidades, pois quando se analisa somente uma característica, acaba-se padronizando uma realidade que, na verdade, pode ser muito diversificada e específica. Assim sendo, as culturas agrícolas não podem ser vistas como uma réplica ou uma imagem das propriedades ou das comunidades, elas podem ser, no máximo, uma parte ou uma extensão das atividades dos agricultores. Com isso, o que se pretende demonstrar é justamente que, quando se analisa um determinado setor, não se pode esperar chegar na realidade do conjunto.

Assim, as disparidades vistas no decorrer do trabalho, no fundo, são respostas a um modelo único, mas que hoje se mostram diversificadas, conflitantes e heterogêneas. Todavia, não se pode afirmar, pelo fato de uma comunidade deter uma centralidade produtiva diferente da outra, seja ela de subsistência ou com fins de comercialização, que elas são desenvolvidas ou atrasadas. O que se pode perceber é que cada uma, à sua maneira, consegue absorver suas potencialidades, independentes de elas serem consideradas certas ou erradas. O enfoque deste trabalho não foi fazer uma análise das comunidades no intuito de desqualificar uma ou outra, mas, sim, de ressaltar e reconhecer que elas são simplesmente diferentes, como todo o meio rural.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico**. São Paulo, Pólis/CNPq, 1986.

ALVES, A. A.; FERNANDES FILHO, J. F. Análise da Modernização Recente da Produção Vegetal e da

Pecuária Bovina Brasileira: uma contribuição para o debate. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVII, Foz do Iguaçu/PR, 1999. **Anais...** Brasília-DF: SOBER, 1999.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura - Trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

DESER. Depto. Sindical de Estudos Rurais. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local**. Curitiba. 1997.

ELIAS, Denise. Globalização e modernização agrícola. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 01, p. 5-16, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura, Ecologia: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.